



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Deputada Zuraida Soares – Declaração Política

Plenário de Junho 2011

Quero iniciar esta Declaração Política, cumprimentando, formalmente, a bancada do Partido Social Democrata, pela sua vitória, nas eleições legislativas do passado dia 5.

Faço-o com a mesma humildade democrática com que assumo, em nome do Bloco de Esquerda, a derrota que sofremos, nestas mesmas eleições.

Como sempre afirmámos, o voto pertence ao povo, não é propriedade de ninguém, nem de nenhum partido e o povo, nestas eleições, penalizou o Bloco de Esquerda.

A democracia funcionou e a vontade popular impôs o seu veredicto.

As convicções e os valores que, há doze anos atrás, nos fizeram empreender este projecto, permanecem intactas e não são, de modo algum, abaladas, por contratemplos momentâneos, ditados pelo exercício da democracia.

A necessária reflexão não empalidece a força das ideias; antes as tempera e robustece e, como já alguém disse, aprende-se sempre mais com as derrotas do que com as vitórias.

A entrada da troika, em Portugal, abriu um novo ciclo político, consagrado com a assinatura dos memorandos de entendimento – o chamado ‘Acordo’ -, por parte do PS, PSD e CDS.

Este é o Acordo que os Partidos (que o assinaram) se recusaram a discutir, nestas eleições, assim escondendo as suas implicações concretas, na vida do povo português.

Mas, como a vida não pára, as suas funestas consequências - para o País e para os portugueses e as portuguesas -, não tardarão a ser conhecidas e duramente sentidas.

O Bloco de Esquerda, porque continua convicto que outro caminho era e é possível, ombreará com todos e todas, no combate a estas políticas determinadas pelo referido Acordo.

A matriz desta imposição é fazer aqueles que menos têm pagar a crise, deixando incólumes (e até mesmo beneficiando) o capital financeiro.

Como sabemos, os salários vão ser congelados, facto que, tendo em conta os níveis previstos da inflação, significa, na prática, uma redução substancial reduzidos dos mesmos. Acresce que, ligado com esta quebra do poder de compra directo, o chamado salário indirecto vai ser profundamente afectado; desde logo, com as quebras das prestações sociais e com o aumento



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



das despesas com a saúde (bastaria o anunciado aumento dos medicamentos, para percebermos esta evidência).

As reformas vão baixar, mesmo as dos escalões mais baixos, por via da inflação e da diminuição dos apoios indirectos a estes portugueses e portuguesas.

A Segurança Social vai levar um rombo nas suas finanças, por via da grande baixa da Taxa Social Única, penalizando, a prazo, quem dela depende e, simultaneamente, este rombo será compensado por via dos impostos, os quais, objectivamente, acabarão por penalizar, ainda mais, os mais necessitados.

E para ajudar, não à festa, mas a esta espoliação sem precedentes, aí temos o despedimento na hora, isto é, a possibilidade de tornar a 'justa causa' para despedir, através da figura da 'inadaptação ao posto de trabalho', evidentemente decidida, de forma unilateral, pelo empregador, o qual vê também ser reduzida, para cerca de 1/3, a indemnização devida ao trabalhador despedido.

Sem a pretensão da exaustão, estas são algumas das medidas contempladas no Acordo, as quais trarão às casas dos portugueses e portuguesas mais sofrimento e um corte radical, nas condições de sobrevivência das pessoas.

Tudo isto, em conjunto, vai criar uma quebra brutal no mercado interno, com repercussões – ainda, hoje, pouco claras - nas micro e pequenas empresas, que terão também custos acrescidos, na energia, com os aumentos da electricidade e do gás.

Por outro lado, o corte substancial, no investimento público, vem juntar-se a todas estas medidas, lançando o País em, pelo menos, dois anos de recessão económica e fazendo disparar o desemprego para níveis completamente assustadores, muito para além dos níveis de hoje - 12,7% -, já, por si, terríveis.

São os próprios autores destas imposições (FMI, BCE e UE) que assumem, linearmente, a recessão e o aumento do desemprego. Portanto, os três partidos que deram o seu aval às condições deste Acordo, aceitam lançar o País nesta situação.

Mas, sem dúvida, temos contrapartidas: um plano de privatizações sem precedentes e feito de afogadilho, com as implicações negativas, claramente à vista; por um lado, vão privar o Estado de empresas estratégicas (algumas, monopólios naturais) e, conseqüentemente, dos dividendos dessas empresas, isto é, empobrecendo-o. Estas empresas vão, evidentemente, ser vendidas a preço de saldo. Ora, aqui estão as contrapartidas, só que, mais uma vez, para os mesmos de sempre: o capital financeiro nacional e internacional que, de uma penada, fica



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



com empresas lucrativas, à custa do empobrecimento dos cofres do Estado, ou seja, de todos/as nós.

Foi isto e muito mais que teimaram em esconder, durante toda a campanha eleitoral.

Contudo, o resultado das eleições é incontornável, cabendo ao PSD formar governo e demonstrar que não enganou o povo português, tal como é legítimo exigir ao PSD/Açores que demonstre que não é retórica balofa a promessa de que 'os Açores estão primeiro'.

Devo dizer que começou mal – e, aqui, acompanhado pelo PS e CDS -, ao assumir, sem qualquer dificuldade, as feridas já abertas no Estatuto Político-Administrativo da Região e na Lei de Finanças Regionais, por imposição da troika. Ninguém ouviu um queixume destes Partidos, os mesmos que, nesta Casa, dizem blindar estes diplomas, em defesa da Autonomia.

E mal continuou o PSD, ainda ontem, neste Plenário, quando respondeu com um pesado ou comprometido silêncio a algumas perguntas que lhe foram endereçadas.

Mas nós insistimos e acrescentamos-lhes algumas outras:

- Vai o PSD repor, no imediato, os 5% devidos às Autarquias dos Açores?
- Como vai o PSD defender os aeroportos dos Açores, propriedade da ANA, após a privatização desta empresa?
- Como vai o PSD defender o serviço público de Rádio e Televisão, nos Açores, reforçando a sua qualidade e o seu contributo para a coesão regional (como, aliás, várias vezes, aqui defendeu), após a privatização da RTP?
- Como vai o PSD renegociar o Acordo das Lajes, trazendo benefícios para os trabalhadores e contrapartidas para a Região, assim cumprindo uma das suas últimas promessas?

Está na hora de, 'olhos nos olhos', o PSD responder a estas questões.

Horta, 8 de Junho de 2011